

SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de maio de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NILTINHO (AD HOC)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Boa tarde a todos os amigos e amigas aqui presentes. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia do Cigano, proposta aqui pelo deputado estadual Niltinho.

Convido para compor a Mesa, neste exato momento, o Sr. Secretário de Desenvolvimento Rural, Josias Gomes, que neste ato representará o nosso governador, em exercício, o nosso deputado Nelson Leal; o nosso amigo e colega deste Parlamento, o deputado estadual Júnior Muniz; o Sr. Coordenador de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, o Sr. Cláudio Rodrigues; a Sr.^a Coordenadora do Centro de Cultura, Cássia Coutinho, que neste ato representa a secretária de Cultura do Estado, Sr.^a Arany Santana; o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cruz das Almas, vereador Renan Gonçalves, o Renan de Romualdo; o Sr. Representante da Comunidade Cigana da Bahia, o nosso amigo e professor Jucelmo Dantas da Cruz; o Sr. Representante da Comunidade Cigana da Cidade de Simões Filho, Djalma Alves Lemos; o Sr. Representante da Comunidade Cigana de Camaçari, o meu amigo Osmar Marques da Cruz; o Sr. Líder da Comunidade Cigana do Município de Camaçari, esse grande amigo, Dr. Gilson. (Palmas)

Convido a todos os presentes para ouvirmos juntos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Solicito ao deputado estadual Júnior Muniz que assuma a presidência da Mesa para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

(O deputado Júnior Muniz assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Concedo a palavra ao proponente desta sessão especial, este deputado que honra esta Casa, deputado Niltinho com a palavra. (Palmas)

O Sr. NILTINHO: Prezados amigos e amigas, mais uma vez muito boa tarde. Eu quero aqui saudar toda a Mesa, a presença especial aqui do nosso amigo, deputado estadual Júnior Muniz, que está, neste momento, presidindo a Mesa.

Quero agradecer a presença do meu amigo, secretário de Desenvolvimento Econômico, deputado federal licenciado, nosso amigo Josias Gomes, muito obrigado, secretário, pela sua presença, pelo seu belo trabalho, por tudo o que você vem fazendo dentro do governo do estado.

É um momento muito feliz para essa comunidade, um momento único, pela primeira vez na história da Casa Legislativa da Bahia estamos aqui recebendo a comunidade cigana no nosso estado.

Quero aqui saudar também o Sr. Coordenador de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Promoção de Igualdade, o nosso amigo Cláudio Rodrigues. Muito obrigado pela presença, Cláudio, e mande o meu abraço à secretária, sei que ela está se recuperando.

Quero saudar também a Sr.^a Coordenadora do Centro Cultural, Cássia Coutinho, representando a secretária de Cultura do Estado, Sr.^a Arany Santana, muito obrigado pela presença. Transmita também o meu abraço à secretária.

Quero saudar o nosso grande amigo presidente da Câmara Municipal de Cruz das Almas, nosso amigo vereador Renan de Romualdo; o nosso representante da comunidade cigana na Bahia, o nosso professor Jucelho Dantas Cruz. Muito obrigado, professor, pela presença. Estou muito feliz por contar contigo aqui; o nosso líder da comunidade cigana de Camaçari, meu grande amigo, Sr. Gilson Dantas da Cruz, muito obrigado pelo dia de hoje; o nosso amigo, representante da comunidade cigana de Simões Filho, Djalma Alves de Lemos, muito obrigado pela presença, caro amigo; esse grande amigo, representante da comunidade cigana de Camaçari, o nosso amigo Osmar Marques, obrigado pela presença, amigo.

Pois bem, este momento é um momento especial para todos nós, muito especial para mim, o deputado estadual Niltinho. Eu que caminhei por toda a Bahia na última eleição e tive o prazer, a felicidade de ter sido votado por grande parte da comunidade cigana na Bahia. E aí eu cito, em especial, o município de Camaçari e a cidade de Porto Seguro, onde tive um contato mais próximo dentro da comunidade, pude ouvir alguns anseios. E aqui eu vou iniciar o meu discurso do dia de hoje.

(Lê) “Estou muito feliz de estar inaugurando uma nova era nesta Casa! É a primeira vez que o povo cigano terá voz e vez! O povo cigano terá aqui um amigo e um apoiador dessa comunidade incompreendida e alvo de preconceito, discriminação e intolerância.

Gostaria de ressaltar que nunca antes nesta Casa das Leis os ciganos puderam entrar pela porta da frente e ter uma merecida homenagem. Sejam bem-vindos, todos os amigos e amigas aqui presentes!

A sessão especial de hoje foi proposta por mim para homenagear e celebrar vocês, meus amigos ciganos, aproximando todos vocês de toda a população baiana, já que vocês também são brasileiros, baianos e, portanto, todos nós somos ‘irmãos’!

A ideia de criação dessa sessão especial foi para lembrar o dia 24 de maio, dia que se comemora o Dia Nacional do Cigano, instituído pelo decreto de 25 de maio de 2006, assinado pelo grande líder político, o presidente Lula, reconhecendo a importância da contribuição da comunidade cigana para o processo da história e identidade cultural do povo brasileiro.

A imagem que nós, população, temos é uma imagem deturpada do mundo cigano. Dessa forma, o meu objetivo ao programar essa sessão especial é que a

população baiana pudesse conhecer essa comunidade através da visão e da fala de todos vocês.

O preconceito e a intolerância à comunidade cigana é fruto em grande parte da ignorância e desconhecimento da cultura. Mas eles estão aqui hoje para nos apresentar esse antigo, extenso e cheio de crenças e histórias que permeiam o universo cigano. Para isso, dois grandes líderes da comunidade cigana na Bahia estão aqui, meus amigos queridos Gilson Dantas, líder da comunidade cigana de Camaçari, e o nosso professor Jucelmo Dantas, líder da comunidade cigana da cidade de Simões Filho e representante por toda a Bahia. Estes que irão nos dar um panorama mais elaborado da história, costumes e cultura do povo cigano.

O nome ‘cigano’ é designado para povos espalhados por quase todas as regiões do mundo. São os grupos que se autodenominam Rom, Calon e Sinti e caracterizam-se por ser povos com diferentes cores, crenças, religiões, costumes, rituais e que, por razões às vezes difíceis de compreender, foram muitas vezes marginalizados. No Brasil, só as etnias Rom e Calon fixaram-se no nosso país.

A história do povo cigano é baseada em lendas e suposições, e a razão para isso é simples: faltam, infelizmente, documentos que tragam essas informações. Apesar de serem um povo sem escrita, já que não deixaram nenhum registro que pudesse explicar a sua origem e seus costumes, o povo cigano tem um traço muito forte: a sua tradição. Seus costumes e tradições são transmitidos oralmente. Já afirmei aqui e reitero, os ciganos são pessoas que prezam acima de tudo pela palavra.

Mas voltando à história, alguns especialistas acreditam que os ciganos surgiram na Índia, já que o idioma falado pelos ciganos, o romani, tem muitas semelhanças com o principal idioma falado na Índia, o hindi. Por causa dessa origem, é provável que eles tenham surgido alguns milênios antes de Cristo. Qualquer que seja o ponto de partida, sabe-se que eles se deslocaram do Oriente para o Ocidente, até chegarem à Europa no fim do século XIV.

Uma das mais famosas e antigas lendas e que perdura até hoje é a de que um dos ferreiros que fizeram os pregos que prenderam Jesus Cristo na cruz era cigano. Por isso, sua gente teria sido amaldiçoada com uma vida nômade. E, dessa forma, construiu-se a imagem do povo errante, místico, perigoso e contraventor. Assim, no contato com as imagens construídas e alimentadas no Ocidente, foi criado o conceito de que o povo cigano era um povo andante.

Mas, ao contrário do que se pensa, o povo cigano não é homogêneo. Dessa forma, nem todos são nômades, nem todos falam romani, o idioma dos ciganos, nem todos dançam ao redor de fogueiras ou usam roupas coloridas.

Além disso, os ciganos podem ser pobres ou ricos e são livres para escolherem sua religião. Há ciganos cristãos, há ciganos muçulmanos, há ciganos judeus. No Brasil, a população cigana adotou, em sua maioria, a religião católica.

Entretanto, apesar das etnias serem diferentes e em alguns pontos divergentes, há algumas características comuns a esses grupos: a característica do viajante, mas que vem mudando com o passar do tempo, já que eles procuram morar em uma

mesma rua ou em acampamentos onde possam preservar e manter sua unidade familiar, outro aspecto primordial na vida cigana.

Atualmente calcula-se que existam de 2 a 5 milhões de ciganos no mundo, concentrados principalmente na Europa Central, em países como a República Tcheca e Eslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária e Romênia. Durante as andanças pelo mundo, eles influenciaram a cultura de várias regiões ao redor do planeta. Um exemplo vem da Espanha, onde a rica tradição da música e dança cigana deu origem ao flamenco.

Apesar de não termos dados oficiais ao certo de quantos ciganos existem no Brasil, estima-se que aqui vivem cerca de 500 mil ciganos. A Bahia é o segundo estado onde mais vivem ciganos, perdendo apenas para São Paulo.

Entretanto, apesar de viverem no Brasil há muitos anos, foi no ano de 1574 o marco da chegada dos ciganos no nosso país, quando João Torres e sua esposa Angelina foram deportados em um navio de degradados pelo rei de Portugal, iniciando-se, assim, a família cigana no Brasil.

Entretanto, foi só no ano de 2002 que ocorreram as primeiras discussões sobre a inclusão dos ciganos aos direitos sociais, inserindo, assim, na Constituição Federal de 1988, a etnia cigana na classificação de minorias étnicas. Mesmo com essa previsão legal, os ciganos continuam invisíveis, inaudíveis e desprotegidos aos olhos das autoridades públicas do nosso País.

Vale ressaltar que antes de serem ciganos essas pessoas são baianas e brasileiras. São ciganos, cigano não é apátrida! Se nascem na Bahia, são baianos sim. Além disso, são eleitores, cidadãos, são detentores de direitos e deveres, contribuintes dos impostos. Mas são excluídos na hora da distribuição dos benefícios sociais por parte dos governos estaduais e por parte dos governos municipais.

O que os ciganos reivindicam? Tudo. Falta tudo, sobretudo respeito e igualdade de oportunidades no acesso às políticas de desenvolvimento econômico e social, em todas as áreas como saúde, educação, trabalho, moradia e cultura. São pessoas esquecidas da sociedade. O que ocorre é que o Brasil e a Bahia cigana ainda são poucos conhecidos.

Mas alguns esforços estão sendo feitos para abraçar a população cigana. O Ministério Público Federal (MPF), por exemplo, através da Câmara de populações indígenas e comunidades tradicionais do MPF, inclusive já recomendou desde o ano de 2018, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE inclua os povos ciganos nas pesquisas de informações básicas, além de incluí-los no próximo censo demográfico que deve ser realizado ano que vem.

Desde o ano de 2014, os povos ciganos não aparecem nas pesquisas municipais do IBGE. Esses dados são de importância para garantir o acesso aos mais diversos serviços públicos bem como para o enfrentamento ao racismo, preconceito e discriminação.

A crítica que se faz é que o IBGE, em mais de um século de existência, não incluiu os ciganos como uma étnica/população nos mapeamentos que realiza, o que dificulta a elaboração e aplicação de políticas públicas para essa comunidade. Um

país rico, é um país que se conhece, dessa forma, é necessário que o censo gaste e invista, para que possamos ter informações sobre a população cigana do nosso País.

Além disso, algumas ações têm sido desenvolvidas, inclusive em âmbito federal para o povo cigano: o senador Paulo Paim do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, deu entrada no projeto de lei que cria o Estatuto do Cigano, o Projeto de Lei do Senado nº 248/2015. Com a aprovação do estatuto, a população cigana deverá ter efetivação da igualdade de oportunidades, defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância.

Apesar do Brasil ter ratificado vários acordos internacionais para eliminar a discriminação racial previstos na Constituição Federal o que ainda infelizmente ocorre com o povo cigano e isso infelizmente, mais uma vez, é lamentável. A discriminação e o preconceito são latentes e encontram-se fortemente arraigados e amplamente disseminados sendo preciso construir uma sociedade em que prevaleça o respeito às diferenças.

Recebi muitas queixas das comunidades ciganas espalhadas pelo nosso estado da Bahia que muitos acampamentos ciganos não recebem entregas de Correio” e nem sequer tem a coleta do lixo feito de forma regular nas suas portas. “Além disso, muitas escolas ainda hoje recusam a matrícula de crianças ciganas, só pelo fato de serem ciganas. Dessa forma, o analfabetismo entre os ciganos”, infelizmente, se tornará alto, caso não exista essa reparação, que será sempre uma luta nossa, que é uma luta nossa, e que vocês poderão contar com o deputado Niltinho sempre.

“Assim, a falta de estudo e a vida à margem da sociedade empurram cada vez mais para a criminalidade, o que alimenta visões deturpadas e generalizadas que sobrevivem até hoje. Essa realidade precisa e deve mudar! O que ocorre é que a comunidade cigana sofre todos os tipos de perseguições, seja religiosa, cultural, política e racial. Ao longo da sua história, não tiveram um momento de folga, o que precisa acabar urgente.

Na estrutura do governo do estado da Bahia, contamos com a SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade, sob a gestão da amiga querida, secretária Fábya Reis, que tem desenvolvido uma excelente gestão junto a esta pasta, a quem faço aqui um pedido: a criação, no âmbito da Secretaria, de uma superintendência que seja responsável pela criação, supervisão, monitoramento e implementação das políticas públicas voltadas ao povo cigano.”

No dia de hoje vamos entregar um ofício solicitando que a secretaria constitua uma superintendência ou uma coordenação que possa ter um cuidado especial com a nossa comunidade cigana da nossa Bahia.

“Peço também ao secretário do Trabalho, Emprego e Renda, meu amigo, também ex-deputado, Davidson Magalhães, para que seja criada a mesma superintendência, ou que seja uma coordenação, para que a causa do povo cigano também seja abraçada por essa secretaria, para que juntos possamos ajudar esse povo sofrido.

Para isso, gostaria de formalizar esses pedidos através dos ofícios que irei entregar ao governador e aos secretários aqui citados, para que juntos possamos buscar soluções, e atender aos pleitos da comunidade cigana.

Por fim, gostaria de reafirmar meu compromisso com todos vocês e colocar à disposição o nosso mandato para que possamos criar juntos uma agenda em defesa da comunidade cigana por toda a Bahia”.

Fica aqui o meu agradecimento especial a todos vocês, em plena quinta-feira, que estão aqui reunidos para que esta homenagem, que para mim é mais do que justa, à toda comunidade cigana da nossa Bahia.

Eu, como falei aqui no início, infelizmente esse é o primeiro ato, esta é a primeira sessão especial voltada à comunidade cigana. Eu estou aqui muito feliz, quero que cada um de vocês se sinta representado por mim, não só por mim, mas também pelo deputado Júnior Muniz, pelo nosso secretário, deputado federal Josias Gomes, enfim, todos esses que compõem a Mesa, o nosso presidente da Câmara também, Renan. Enfim, é necessário que vocês percebam e entendam que nós vamos estar à disposição de vocês, que o nosso gabinete vai estar sempre de portas abertas, que serei sempre um defensor da causa cigana, aqui da nossa Bahia, e, se necessário for também, que a gente vá a Brasília, que a gente participe dessa luta, que nós todos de mãos dadas, que a gente possa ir também ao nosso senador Paim e a gente faça com que o Congresso aprove, o quanto antes, essa lei que sem dúvida será de suma importância para o futuro desse povo, dessa cultura tão rica que me orgulho muito em dizer que fui votado por eles em toda Bahia.

Então muito obrigado a todos vocês.

Agora sigo passando a palavra ao nosso presidente da Casa o deputado Júnior Muniz. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Júnior Muniz): Registro as presenças da dupla sertaneja Alex e Camargo; do coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Dr. Vinicius Araújo.

Concedo a palavra ao líder da comunidade cigana de Camaçari Gilson Dantas da Cruz.

Neste momento passo a presidência ao proponente da sessão deputado Niltinho.

O Sr. GILSON DANTAS DA CRUZ: Senhores e senhoras, boa tarde. Quero agradecer a comunidade cigana por estar aqui hoje que estamos sendo homenageados pelo nosso grande amigo e deputado Niltinho. Quero agradecer a Mesa na pessoa do deputado Júnior Muniz, saudar a Mesa e todos amigos que estão aqui presentes, quero agradecer a comunidade cigana e a não cigana que está aqui participando.

Para nós, hoje, é uma grande satisfação termos o Dia Nacional da Comunidade Cigana sendo comemorado aqui na Câmara pelo nosso grande amigo, como nosso deputado disse: “um dia único para nós, ciganos.”

Durante o tempo que existimos a comunidade cigana nunca foi revelada e nunca foi tratada como tal. E hoje é uma grande honra estarmos aqui recebendo essa grande homenagem da Câmara. O Dia do Cigano é comemorado em 24 de maio de cada ano. O nosso deputado não pode nos prestigiar no dia 24, mas convocou a sessão para hoje, dia 16/05 e estamos aqui sendo prestigiados.

Quero agradecer, mais uma vez, a Câmara dos Deputados por estar prestigiando a comunidade cigana e ao deputado Niltinho. Quero agradecer a toda Mesa que está aqui presente e quero deixar a todos aqui um abraço. Vou ser breve, não tenho muito a falar e estou até emocionado por está aqui hoje. Para mim é uma grande honra e uma grande conquista.

Quero uma salva de palmas para toda comunidade cigana e para o nosso deputado Niltinho. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Concedo a palavra ao secretário de Desenvolvimento Rural o Sr. Josias Gomes, deputado federal, que neste ato representa o governo do estado da Bahia, o nosso governador em exercício Nelson Leal.

O Sr. JOSIAS GOMES: Deputado Niltinho, primeiro mandato, uma figura que me surpreende com a chamada para esta Casa que é o local ideal para se discutir os grandes temas do estado, e portanto ele que está exercendo pela primeira vez o mandato, chama a debate um tema de uma importância muito grande para o nosso estado e para o nosso país. E vocês vão ver, durante a minha fala, porque eu quero parabenizá-lo pela brilhante iniciativa.

Nós somos um país de 519 anos de existência, portanto, não somos uma civilização. Somos um país que quando fomos descobertos existiam aqui povos dispersos que falavam diversas línguas, que tinham seus costumes próprios. E que nesse mesmo momento em que estava sendo descoberto o Brasil, do outro lado do nosso Continente Americano, existiam outras civilizações. Aí sim, civilizações avançadíssimas e, portanto, eram culturas consolidadas.

Nós fomos o que somos hoje. Nós fomos sendo constituídos a partir de culturas, de etnias, de costumes, das pessoas que foram chegando ao nosso país. Uns chegaram enviados pelo governo português, pelo reino de Portugal com o propósito de explorar as riquezas do nosso país, outros chegaram aqui obrigados. São os escravos africanos e diversos povos e pessoas individualmente, que em situações vulneráveis socialmente lá em Portugal, foram empurrados para a nossa recém-criada colônia portuguesa.

Neste caso, os índios que eram os habitantes iniciais e portanto que não tinham a noção que o povo português, o reino de Portugal tinha, não encontraram outra forma senão a de reagir à entrada no país destes, que na visão deles eram uns intrusos que vinham submeter esses povos a novos costumes com os quais muitos não concordavam.

E tivemos aqui grandes embates. Embates sérios, guerras mesmo. E nessa história houve no início da nossa formação brasileira determinados povos indígenas que se associavam a setores portugueses, outros que faziam outros tipos de alianças e com isso nós começamos a formação do povo brasileiro. E quero dizer aqui que eu não sou sociólogo, viu? Eu sou engenheiro agrônomo, para não pensarem que as discrepâncias que saírem aqui, eventualmente os sociólogos estão...me perdoem. Aqui tem uma companheira que é pesquisadora desse tema. A tese de doutorado dela foi inclusive sobre essa questão e a ela eu recorri para entender um pouco mais sobre o papel de vocês na nossa formação.

Mas eu não quero me alongar, porque sei que o importante papel que o Niltinho cumpriu foi de juntar vocês para que a gente possa começar a entender porque tanta importância vocês tiveram, porque que é que vocês vieram forçados para cá.

Aliás, dizem que o primeiro cigano que veio para cá, ele estava preso em Portugal e o cara não tinha dinheiro para nada. Depois dizem que cigano é um bicho rico da moléstia. O cara não tinha dinheiro para nada, mas ele teve que, forçosamente, vir para cá, senão ele iria morrer nas galés de Lisboa, em 1580 e tantos.

O que importa saber é que depois de 519 anos da presença de vocês, não sei exatamente quantos, só depois dos governos do PT é que se começou a dar dignidade a um povo que está presente desde o primeiro momento da formação do povo brasileiro. Portanto, os ciganos, os índios, os negros, os europeus que vieram para cá são parte integrante da nossa formação, e é dessa forma que precisava ser entendido e nunca foi, nunca foi assim entendido. Párias na sociedade os negros, vocês sempre foram considerados.

A única vez em que o cigano teve um assento à mesa do governo brasileiro foi quando Lula se transformou em presidente do país e começou a tratá-los como um segmento formador da nossa pré-civilização.

Portanto, é importante destacar esse propósito do nosso deputado Niltinho. E eu fiz questão de estar presente, independentemente de aqui estar representando o governador, pela relação individual que tenho com diversos companheiros e companheiras ciganos.

E de ter a certeza de que a contribuição de cada uma e de cada um de vocês foi importante para que nós tivéssemos esse país tão diverso, mas tão importante que é hoje, ou foi, pelo menos, uma das grandes importantes economias do mundo. Cada uma e cada um de vocês contribuiu ao seu jeito para que o nosso país chegasse a esse ponto.

Infelizmente, meus companheiros e minhas companheiras, nós trabalhamos duramente ao longo dos 14 anos que governamos esse país, e foi muito pouco, para acabar definitivamente com as diferenças entre nós, diminuir o ódio entre nós, criar uma vida de paz e de tranquilidade, ainda que pudéssemos ter e teremos sempre, posições políticas diferentes, mas isso não é o fundamental da existência de um país, das pessoas que vivem no país.

O que nós não admitimos hoje, não entendemos é como um presidente da República e os seus filhos fomentam o ódio de forma deliberada. E isso não contribui, sobretudo para as minorias. Essas são as que mais sofrem quando ocorrem governantes irresponsáveis, malucos até que não entendem rigorosamente de nada.

E para que a gente compreenda o papel que o cigano desempenhou na formação do povo brasileiro é preciso, sim, estudar Sociologia, estudar História, estudar Filosofia. Sem isso nós não vamos entender o papel que vocês desempenharam na nossa formação.

Pois bem, esse povo que está governando o país agora diz que não se precisa mais estudar Filosofia, estudar Sociologia, e o que for de Ciências Sociais é desprezível. É desprezível para quem não quer compreender o tamanho da importância de uma ciência que estuda, sobretudo, a nossa formação, nosso ser social. E é por isso que nesse dia de hoje não poderia ser destacada de forma tão importante como está sendo pelo deputado Niltinho a presença de vocês aqui.

Eleva o debate sobre o papel que vocês desempenharam e desempenham na formação do povo brasileiro, do povo baiano, é fundamental que até mesmo vocês compreendam isso. E que temos que compreender que ou nós combatemos esse ódio que está, hoje, disseminado na sociedade ou nosso país estará irremediavelmente submetido a uma situação de esculacho mundial. Nós estamos na contramão do mundo quando encontramos situações como essa que nós estamos vivendo.

Evidente que eu gostaria de estar saudando como uma coisa positiva o nosso presidente ir para os Estados Unidos, ir para não sei onde, e tal, mas o que a gente vê são exemplos que não dignificam a presença desse presidente fora do nosso país. Envergonha a gente o fato dele estar hoje lá nos Estados Unidos e o representante do hotel ou restaurante onde vai ter o almoço, onde teve o jantar, dizer que ele não foi convidado. Ele não convidou o presidente da República Federativa do Brasil para estar lá nesse jantar. Ele se autoconvidou. Você sabe o que significa isso? O país que foi a 5ª economia do mundo hoje está nessa situação.

Portanto, meus companheiros e minhas companheiras, eu vim aqui para dizer alto e em bom som: amem o nosso país, percebam as diferenças entre governos que se sucederam ao longo desses últimos anos e fizeram por vocês como etnia, por vocês como povo que trouxe contribuições importantes e ainda contribui com o nosso desenvolvimento, e aqueles que não tiveram essa mesma preocupação durante a existência do nosso país.

Uma boa tarde, um grande abraço a todas e todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Quero, neste exato momento, mais uma vez, agradecer ao secretário Josias Gomes, e oficializar a entrega dos ofícios com a solicitação da criação da superintendência responsável pela supervisão, criação, monitoramento e implementação das políticas públicas voltadas à comunidade cigana da nossa Bahia. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): O secretário Josias Gomes está representando o nosso governador do estado, Rui Costa. Então, às mãos dele foi entregue esse ofício.

E vamos fazer, também, a entrega ao Sr. Cláudio, que representa a secretária Fabya Reis, oficializando também esse pedido, através de ofício, da criação da superintendência responsável pela supervisão, criação, monitoramento e implementação de políticas públicas voltadas à comunidade cigana.

(Entrega do documento ao Sr. Cláudio.) (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Vamos, agora, seguindo esta sessão especial em homenagem à comunidade cigana, em homenagem ao Dia do Cigano, que será no dia 24 de maio, fazer o convite para a palavra do professor, representante da comunidade cigana da Bahia, o Sr. Jucelho Dantas da Cruz. (Palmas)

O Sr. JUCELHO DANTAS DA CRUZ: Boa tarde, senhoras e senhores.

Eu gostaria de saudar a Mesa na pessoa do deputado Niltinho, agradecer pelo convite imensamente, e falar do meu orgulho de estar aqui com os meus irmãos ciganos, com a minha família, porque, para nós, deputados, cigano é uma família. Onde quer que esteja um cigano, o outro chegando, ele vai ser acolhido como família. Então, existe uma unidade muito grande nesse sentido, coisa que nos orgulha muito.

Falar do povo cigano é falar de um povo sofrido, um povo humilhado, ultrajado ao longo de sua história. Desde mil anos atrás, aproximadamente, quando o povo cigano começou o seu processo de migração, saindo da Índia em direção aos outros continentes, que os ciganos vêm passando por muitas perseguições. Na Europa, chegaram a ser escravizados, chegaram a trabalhar forçadamente.

Durante o regime nazista, foi, proporcionalmente, o povo que teve o maior percentual de sua população dizimada pelos nazistas. Infelizmente, a história não conta muito isso. Lembram muito dos judeus, lembram dos homossexuais, lembram de uma série de outras categorias que foram trucidadas, mas os ciganos, até nisso também são deixados de lado.

A primeira vez que os ciganos foram citados de forma mais direta por alguém de representação nacional, alguém de expressão, foi pelo Sr. Getúlio Vargas, lá em 1938, no Decreto-Lei 406, de 4 de maio de 1938, quando trata da questão dos exilados, das pessoas que vinham para o país. E, no inciso II do art. 1º, é claro lá quando ele diz que não são bem-vindos os vagabundos, ciganos e congêneres.

Então, foi a primeira vez que os ciganos foram mencionados em um decreto-lei por um presidente.

Felizmente, em 2006, o presidente Lula... O deputado Josias Gomes saiu, mas eu queria lembrar como sendo um marco muito importante para nós, ciganos, a oportunidade, a lembrança do presidente Lula de instituir o Dia Nacional do Povo Cigano. Não que isso signifique que temos tudo depois do dia 24, depois dessa data, desse decreto, mas serviu para dar visibilidade ao povo cigano e nos tirar desse patamar de invisibilidade. Pelo menos, de alguma forma o povo cigano é lembrado no dia 24 de maio. Essa data é comemorada, então, como o Dia Nacional do Povo Cigano.

Quando nós passamos pela Europa, o regime... os sistemas de governo naquela época eram de perseguição, como são atualmente. Os ciganos, recentemente, na França... quando eu falo recentemente é porque foi há uns 10 anos, mais ou menos, no governo do então presidente Sarkozy. Ele instituiu um decreto que tirava todos os ciganos que estavam na França para mandar de volta para outros países. Muitos desses ciganos tinham nascido na França.

Na Romênia, foi criado uma espécie... é o país que tem a maior concentração de ciganos no mundo. Lá foi criado uma espécie de bairro onde só tem ciganos. E esse bairro é cercado, murado, como se fosse um local que é exclusivo para os ciganos, para não se misturarem.

É claro que o povo cigano, ao longo de sua história, luta, tem lutado para resistir, tem lutado para conseguir sobreviver a tudo isso. Mas nos falta ainda, até hoje, no século XXI, uma formação adequada, uma formação política, uma formação na educação para que possamos ter a verdadeira noção dos nossos direitos e dos nossos deveres.

Como o povo cigano poderia conseguir ter uma profissão, formar-se, frequentar universidades se não parava em lugar algum? E não é porque os ciganos gostam de viajar, deputados. Não é porque os ciganos gostam de aventura, de andar de cavalo, de burro, dia após dia, tomando chuva, tomando sol, acampando ao relento, dormindo, muitas vezes, ao relento. Isso era o que a sociedade nos impunha. Poder habitar, ficar muito tempo em um local era praticamente impossível. Éramos colocados para fora pelo prefeito, pelo delegado ou pelo proprietário daquela área onde os ciganos acampavam.

Hoje vivemos uma realidade um pouco diferente. Os ciganos estão se sedentarizando; a maioria da população cigana hoje já está morando em casas de alvenaria, em cidades, em bairros, em ruas. Isso tem contribuído de certa forma para que nós possamos melhorar a formação do nosso povo. As crianças estão frequentando as escolas, estão conseguindo chegar às universidades. Para vocês terem uma ideia, em 1990, eu fui o primeiro cigano do estado da Bahia a alcançar uma universidade e conseguir um diploma de nível superior. (Palmas)

Em 1976, quando frequentei pela primeira vez uma escola, eu já estava com 15 anos. Fui alfabetizado, dentro da minha barraca, por meus irmãos que conseguiram frequentar por 2 anos uma escola. Também em 1976 foi quando meu pai tirou a minha certidão de nascimento, com 15 anos! Nessa mesma data, meu pai tirou também a certidão de nascimento dele.

Isso é para vocês verem como os ciganos viviam até a década de 70. De lá para cá, digamos assim, estamos vivendo melhor na questão do bem-estar, da educação, da formação. Os ciganos nunca tiveram a altivez de brigar por seus direitos. Muito por desconhecer, mas também muito por medo, por receio de perseguições. E sempre ali lambendo as botas daqueles que tinham a piedade ou a vontade de ajudar de alguma forma. Aquilo era como se fosse uma tábua de salvação.

Hoje nós sabemos quais são os nossos direitos, hoje nós temos essa noção. Ainda não estamos no nível de ir para o front, de bater a mão e dizer “nós temos os

nossos direitos, queremos ser respeitados”, mas já temos alguma coisa melhorando nesse sentido.

Estou, hoje, como representante do povo cigano na Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais. Essa comissão está presa à Sepromi, e lá a gente tem discutido as políticas do Estado da Bahia para os povos e comunidades tradicionais. Entre eles, nós ciganos.

Tenho encontrado pessoas maravilhosas lá, pessoas de outros povos e de outras comunidades tradicionais: quilombolas, indígenas, fundo e fecho de pasto, povo de terreiro, enfim, irmãos que encontrei ali. E nós, por conhecermos todas essas necessidades, sabemos as dificuldades que os nossos irmãos também têm. Por isso, nos juntamos e unimos forças. Encontramos lá pessoas maravilhosas, como Cláudio, como Luiz, que está ali, pessoas sensíveis à causa do povo cigano.

A secretária Fabya Reis também é uma pessoa que se sensibiliza. Mas essa secretaria, Srs. Deputados, é bom que se diga, não tem recursos e depende de outras secretarias para que alguma coisa possa acontecer. Como uma secretaria sem recursos pode fazer alguma coisa por tantas pessoas carentes, por tantos povos carentes? Quando eu falo carentes, não é somente na questão financeira, mas são carentes de atenção, carentes de uma política, de um olhar mais carinhoso do governo do estado.

Estamos lutando há mais de 4 anos – tempo que estou na representação do povo cigano – nessa secretaria e temos reivindicado, com muita frequência, uma audiência com o governo do estado para que possamos, sentados, olho no olho, dizer para o Sr. Governador o que essa população – a população cigana, o povo indígena, o povo de terreiro, o povo de fundo e fecho de pasto – precisa para viver bem, para ter dignidade perante todos.

Nós sabemos que a Constituição dá direito a todos e todas, mas as coisas, muitas vezes, ficam somente no papel. E é necessário que essas coisas saiam do papel e passem para a prática.

Nós estamos vivendo o governo do PT há mais de 13 anos, aproximadamente... é isso, aqui na Bahia? Então não temos mais como desculpar os governadores que passaram, já que todos eles não tiveram iniciativas que possam, efetivamente, trazer benefícios para esses povos, para essas comunidades tradicionais.

Há pessoas que têm muita boa vontade, mas essa boa vontade precisa passar para a concretude, passar para a execução de atividades que beneficiem os ciganos. Reivindicamos da Sepromi o mapeamento do povo cigano, uma vez que já foi feito, parcialmente, com o povo de terreiro, com a comunidade quilombola. Estamos reivindicando a mesma coisa para o povo cigano.

Tivemos a sinalização de que isso pode acontecer. Estamos tentando fazer uma parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana, instituição que sou ligado, para que possa incluir nesse processo alguns dos seus professores e também de outras universidades estaduais – por que não? – para que possamos efetivar esse mapeamento do povo cigano. Eu estava conversando há pouco com Cláudio e Luiz, que me disseram que esse processo está em andamento. É preciso que, realmente, vingue para que tenhamos isso nessa nossa luta.

Em um país que já teve até um presidente cigano – deputado Niltinho, não sei se V. Ex.^a e os demais deputados sabem que o presidente Juscelino Kubitschek era cigano – ainda hoje estamos vendo isso. Infelizmente, estamos vivendo um período muito difícil em nível nacional. Um período de retirada de direitos, de perseguição, mas precisamos ter, em um cenário como este, pelo menos em nível estadual, alguém que possa dizer: “Nós não pensamos assim, nós agimos diferentes”.

Queremos do governo do estado uma atenção aos ciganos, é isso que pleiteamos. Não queremos uma lua e um sol exclusivos para os ciganos. Queremos ser iguais, queremos ser tratados como iguais aos demais segmentos da sociedade.

Vivemos num país formado por uma espécie de colcha de retalhos, de culturas, de culturas diversas. A cultura do índio, a cultura do negro africano, a cultura de tantos imigrantes que vêm para cá, os italianos, os japoneses, e nós ciganos também, que chegamos aqui em 1574. Desde então, estamos constituindo essa colcha de retalhos e temos dado a nossa contribuição para a formação desse mosaico que é a cultura brasileira. Queremos respeito, queremos dignidade!

Agradecemos imensamente ao deputado Niltinho pela oportunidade de estarmos aqui hoje, na Assembleia Legislativa, dividindo um pouco dos nossos anseios, um pouco das nossas preocupações. E pedimos não somente ao deputado Niltinho, mas também aos demais parlamentares – tanto aos que estão presentes como quanto aos que não estão, mas que podem ter acesso ao que foi esta atividade –, um olhar carinhoso, um olhar de alguém que quer ver as coisas acontecendo de forma igual, para todos. Igualdade de tratamento para todos os povos que constituem a Bahia, que constituem o Brasil!

Eu teria muito mais coisas para falar aqui, mas acho que a gente tem de dar oportunidade a outros oradores. Estamos agradecidos e entendemos a importância de os representantes do povo, os deputados, fazerem isso. Sabemos que, às vezes, as demandas que vêm para os senhores são diversas, mas é necessário cuidar dessa diversidade. É fundamental dar voz, dar vez às minorias, às pessoas que estão na nossa sociedade precisando de atenção.

Costumo dizer que para nós, ciganos, qualquer pinga d’água é lagoa. Para quem foi invisível durante tanto tempo, estarmos hoje aqui é algo significativo. Mas vos digo: é necessário mais. Nós queremos mais. O povo cigano merece respeito, o povo cigano quer seu lugar ao sol, junto de todos, não para ser melhor, mas também não queremos ser pior do que ninguém.

Obrigado a todos. Uma boa tarde. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Saúdo a ex-vereadora de Lauro de Freitas Aline Oliveira; o nosso amigo, acho que já saiu, Felipe Leão, filho do nosso vice-governador João Leão, grande e querido amigo; e o secretário do município de Lauro de Freitas, Sr. Mauro Cardim. (Palmas)

Também saúdo e agradeço a presença do deputado José de Arimateia, a quem concedo a palavra.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Boa tarde a todos e a todas.

(O plenário responde: “Boa tarde”.)

Que Deus abençoe vocês!

Parabenizo e saúdo a Mesa na pessoa do deputado Niltinho. Estava com uma agenda agora às 4h, aliás, já estou atrasado, mas eu disse: “Vou passar lá”. Fiz questão de vir porque tenho uma admiração muito grande pelos ciganos. E trago um depoimento do meu avô, lá do Rio Grande do Norte... sou do Rio Grande do Norte, mas já moro na Bahia há 25 anos, em Feira de Santana.

Pois bem, nos anos 70, quando eu tinha 7 anos de idade, o meu avô sempre emprestava um espaço para que os ciganos acampassem na fazenda dele. Não sei se tem alguém aqui da geração do cigano Cem, lá do Rio Grande do Norte. Daí eu cresci visitando esses acampamentos.

Eu morava na zona rural, nasci no Sítio Riachão, que era do meu avô Joca Coriolano, já falecido, local onde os ciganos acampavam. Aos 18 anos eu era locutor de carros de som lá na cidade de Alexandria, onde o cinema era no mercado público. E o filme que tinha maior repercussão lá, inclusive eu tenho a cópia desse filme, era *D’Gajão Mata para Vingar*. (Palmas) É uma história realmente importante. Vocês já conhecem! Além de ser locutor, eu era também operador da máquina do cinema, e recebi esse filme, que era 16mm.

Eu percorria aquele interior todo e levava esse filme para os locais que tinham um acampamento de cigano. Não faltava cigano para assistir. A história é interessante e mostra ciganos acampando nas fazendas. Certa vez o coronel recebeu a informação de que um cigano matou a filha dele. E aí o coronel mandou seus capangas destruírem toda a comunidade dos ciganos. D’Gajão e a esposa estavam na cidade. Quando ele chegou, viu o acampamento. Haviam derrubado tudo. A criancinha, já morrendo, disse: “D’Gajão, foi o coronel.” Ela reconheceu. Aí, pronto! D’Gajão e a sua esposa estavam na cidade. Só escaparam mesmo D’Gajão e a Nádia. Pois é, então ele fez justiça. É um filme muito interessante, muito bacana.

Então, acho que nós temos que valorizar e respeitar a trajetória e a cultura de vocês.

Quando eu cheguei à Bahia, fui pastorear na cidade de Santa Luz, em 1995. A igreja em que eu era pastor, lá, a Igreja Universal, que sou bispo da igreja, era pertinho do acampamento dos ciganos que tinha em Santa Luz. Eu não sei se hoje ainda tem. Mas, em Santa Luz, tinha, também, um acampamento. A igreja era pertinho.

Então, Niltinho, aí, quando eu chego a Feira de Santana, tem uma cigana, lá, em Feira. Inclusive, até, ontem, falei para ela que estava tendo esta sessão. Ela faz um estudo da questão dos ciganos. O nome dela é Cibele Cigana. Ela é historiadora, é simpatizante. Ela não é cigana. Eu a chamo de cigana. Ela tem, até as feições de cigana.

Ela, sempre, disse assim: “Olha, deputado, nós, os ciganos, temos a maior dificuldade na questão da documentação aqui no estado da Bahia.” Ela falou isso. Trata-se da questão da falta de documentação para os ciganos. Enfim, ela disse: “A Assembleia precisa conhecer e reconhecer a origem dos ciganos e a importância que é esta cultura.”

Então, meu amigo Niltinho, eu passei para dar essas informações. Eu admiro vocês. Acho que vocês têm um papel importante na sociedade. A forma que vocês têm o regimento de vocês. Os ciganos só casam com ciganos. Não é isso?

(Os participantes da sessão especial se manifestam.)

Pelo menos, àquela época, era assim e não sei se já mudou. Mas existe esta tradição, porque, realmente, tem muitas ciganas bonitas, tem a questão da origem. Mas tudo bem.

Parabéns, Niltinho.

Quero dizer, para vocês, que o que depender do deputado José de Arimateia nesta Casa, juntamente com Niltinho, que traz esta discussão, traz a importância que vocês são na sociedade, a importância do reconhecimento e, também, da forma que vocês, realmente, fazem o trabalho do dia a dia.

Que Deus abençoe vocês! Um forte abraço!

Mais uma vez, obrigado. (Palmas)

E quem quiser a cópia do filme do D’Gajão, eu posso até ceder para vocês, 0800. Não vou vender não. Vejam, eu ganhei de presente. Agora, tenho que mandar reproduzir. Mas eu não me canso de assistir àquele filme.

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Vou querer também, deputado.

Obrigado, deputado, pela participação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Quero citar a presença da Sr.^a Glacira Matos Martins, investigadora da Polícia Civil, amiga nossa da Delegacia de Proteção ao Turista. Quero saudar, também, a participação e a presença deste meu amigo coronel Castro (palmas), ex-comandante da Polícia Militar do Estado da Bahia, muito amigo desta nossa comunidade cigana. Gostaria de citar, também, a presença do Sr. Roney Menezes, investigador da Polícia Civil, amigo nosso e vem representando a delegada de Proteção ao Turista. Quero citar, também, a presença da assessoria da deputada Fabíola Mansur, pois ela fez questão de deixar o abraço dela nesta sessão especial no dia de hoje.

Quero aproveitar este momento, também, para ler um texto encaminhado pela deputada Fátima Nunes ao tempo em que agradece e deixa o abraço dela a toda a comunidade.

(Lê) *“Como presidente da Comissão Especial da Promoção da Igualdade, parableno Vossa Excelência pela brilhante iniciativa em promover essa sessão especial em comemoração ao Dia Nacional do Cigano, no plenário desta Casa. Um debate importante sobre a etnia cigana, povo brasileiro, que passou a ser*

reconhecido e reparado com a Lei n.º 6.040/2007, sancionada pelo nosso ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero nesta oportunidade, justificar minha ausência neste valioso e importante evento, devido a compromissos agendados anteriormente, no interior do Estado da Bahia, para debater outros temas importantes, a exemplo da Reforma da Previdência.

Na certeza do sucesso na condução das atividades, parablenho mais uma vez Vossa Excelência, deputado Niltinho.

Atenciosamente,

Deputada estadual Fátima Nunes” (Palmas)

Neste exato momento, vamos convidar esta dupla muito querida, esta dupla sertaneja que faz muito sucesso dentro da comunidade cigana e faz sucesso por todo o povo baiano e todo o povo brasileiro. Esta dupla muito querida é de dois grandes amigos Alex e Camargo. (Palmas)

O Sr. Camargo: Boa tarde a todos.

Eu fiquei até mais tranquilo, porque quando eu olhei, de lá, eu disse que este microfone foi feito para dupla sertaneja. Está juntinho. Bem, aqui, é só separar um pouco.

Aos nossos amigos ciganos, a todos, o nosso muito obrigado.

Deputado Niltinho, parabéns por este dia maravilhoso.

Nós estamos diante de grandes amigos. Não é, Alex? Desde quando nós chegamos ao Nordeste, os nossos primeiros amigos, as primeiras pessoas que nos deram a mão foram os nossos amigos ciganos, a exemplo do nosso amigo Osmar, Gilsão. A todos, o nosso grande muito obrigado.

É uma grande oportunidade estar presenciando este momento único.

O Sr. Alex: Com certeza. Eu gostaria de parabenizar, dando suas palavras, deputado Niltinho, por este carinho junto aos demais, deputado Júnior Muniz e a todos os outros que estão apoiando ao abraçar esta causa dos nossos amigos ciganos por quem eu tenho o maior carinho. Sou feliz em ter a amizade. Tenho muitos ciganos. Eu não vou citar os nomes de todos. Vocês sabem disso como amigos e irmãos. São pessoas que gostam do nosso trabalho e curtem o nosso trabalho. Sou muito grato por tudo isso.

A gente não estava preparado para subir.

O Sr. Camargo: É uma surpresa. Mas vamos tentar fazer, pelo menos, um trequinho de alguma coisa. Eu tenho certeza que os nossos amigos ciganos gostam. Vamos fazer uma palinha.

O Sr. Alex: Sim.

(Procede-se à apresentação musical.) (Palmas)

O Sr. Alex: Obrigado, gente.

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Parabéns a esta dupla muito querida: Alex e Camargo.

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Eu quero convidar, para conceder a palavra, o Sr. Cláudio Rodrigues, coordenador executivo e representante da secretária Fabya Reis.

O Sr. CLÁUDIO RODRIGUES: Boa tarde, gente!

Hoje o dia é de vocês! O espaço é de vocês. Então todo mundo tem que estar animado, não é?

Eu quero iniciar cumprimentando a Mesa em nome do deputado estadual Niltinho. Eu, também, trago o abraço e o cumprimento da Dr.^a Fabya. Parabenizo esta iniciativa, pois esta é uma iniciativa de afirmação da identidade de um povo, é uma iniciativa de combate ao racismo, principalmente na sua demissão institucional. Então, quero parabenizar pela iniciativa.

Eu trago o abraço da Dr.^a Fabya para todo o povo cigano presente. Há o deputado Júnior Muniz. O secretário Josias já saiu, mas eu gostaria de fazer referência porque ele é um grande parceiro, também, das grandes políticas dos povos das comunidades tradicionais. Quero cumprimentar Kessi que já trabalhou na Sepromi com a gente na Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais e, hoje, ela está na Secult e é uma amiga, companheira e parceira.

O professor Jucelho é uma referência, uma figura fantástica com muito conhecimento e nos ajuda muito a pensar em estratégias e em políticas para as comunidades tradicionais, de modo particular, para o povo cigano. Então um abraço, também, da secretária Fabya, professor, pois o senhor é esta referência.

Quanto ao Sr. Gilson, o Sr. Gilson, desde 2015, quando nós chegamos à Sepromi, foi a referência do povo cigano enquanto liderança que estabelece o diálogo: sociedade civil, povo cigano e o governo. E a gente sentou algumas vezes para fazer alguns diálogos até nos indicar o professor Jucelho.

Então, assim, eu quero ser rápido. Mas, na condição de coordenador executivo de Políticas para Comunidades Tradicionais da Sepromi, gostaria de dizer da satisfação em estar representando a Dr.^a Fabya e a Sepromi, deputado.

Gostaria de dizer, também, que, na condição de coordenador, nos últimos 4 anos, a gente tem feito alguns diálogos pensando em políticas e em estratégias políticas importantes para fortalecer a identidade dos nossos povos das comunidades tradicionais.

Depois do Decreto n.º 6.040/2007 do presidente Lula, o estado da Bahia, seguindo o mesmo modelo, reconhece três povos e sete comunidades como povos das comunidades tradicionais. No estado da Bahia, há o Decreto n.º 13.247 que reconhece povos ciganos como comunidade de povos tradicionais, povos de terreiro, povos indígenas e as suas várias nações e etnias.

Aí, nós temos as comunidades quilombolas. Então três povos: comunidade quilombola, primeira comunidade; comunidade de fundo de pasto; comunidade de fecho de pasto; comunidade de pescadores; comunidade de marisqueiras; comunidade de extrativistas; comunidade de geraizeiros.

Então, o estado da Bahia, desde 2011, através do Decreto n.º 13.247, reconhece três povos e sete comunidades ao dizer que esta é a diversidade étnico-racial do nosso estado. Portanto, o estado, ele vai se responsabilizar, do ponto de vista, pensando em políticas públicas, pensando no respeito aos direitos desses povos e dessas comunidades.

O professor Jucelho já me antecipou e colocou algumas questões importantes. E a gente vem, desde lá, pensando em políticas públicas para esses povos e comunidades. Esta não é uma tarefa fácil.

Os oradores que me antecederam já trouxeram contextos históricos que mostram a trajetória dos nossos povos, pois esses são povos milenares do ponto de vista do mundo, são povos seculares do ponto de vista de ocupação deste território, do território nacional, com demandas históricas.

Digo isso, porque este estado, ele foi estruturado a partir do racismo. A gente precisa colocar isso. As instituições sociais foram pensadas excluindo povos e comunidades para a garantia de privilégio de alguns poucos. A gente precisa dizer isso quando a gente fala em política dos povos das comunidades tradicionais. A gente precisa dizer isso quando a gente fala da política de igualdade racial. Digo isso porque o Estado foi estruturado desta forma.

O racismo fez com que a gente fosse colocado na invisibilidade e na exclusão. O racismo construiu uma série de barreiras para a gente não ter acesso à educação, à saúde, até, para a gente manifestar as nossas perspectivas culturais e religiosas, para ter acesso à riqueza deste país que nós, também, produzimos. Então, não é fácil trabalhar com esta pauta, com esta política. Mas a gente tenta, não é?

A Sepromi tem 13 anos. Faz 12 anos agora, uma secretaria antiga com demandas seculares, milenares. E o nosso desafio é ainda maior quando se trata de uma secretaria que, em certa medida, não executa a política diretamente junto a comunidades, articula o conjunto do governo para que essas políticas cheguem a essas comunidades. Deveria ter essas duas características: chegar diretamente e, também, articular já que é uma política de reparação. Mas a gente não faz isso.

Então, assim, são inúmeros os desafios. Mas nós temos, na Sepromi, a Coordenação de Políticas para as Comunidades Tradicionais, a responsável por pensar em política, também, para os povos ciganos, deputado.

A gente tem feito alguns diálogos, participado de alguns eventos, feito alguns diálogos. Nós estamos, agora, pensando, com a UEFS, em construção de um termo de parceria e colaboração para fazer um mapeamento do povo cigano. Nós pensamos na UEFS, porque ela integra a rede de combate ao racismo e à intolerância religiosa. O professor Jucelho é titular daquela casa como docente, e é a pessoa que nós pensamos para coordenar este trabalho junto ao povo cigano no estado da Bahia.

Então, nós já recebemos este instrumento na Sepromi. Estamos trabalhando este instrumento para devolver para a UEFS. Depois, a gente vai pensar em metodologia desta ação. Nós queremos fazer o mapeamento. Não se trata de um mapeamento qualquer. Nós queremos pensar, respeitando a particularidade e a

singularidade deste povo. Por isso, o professor Jucelho é esta figura importante para pensar nesta ação.

Então, esta é uma das ações. Esta é uma ação estruturante para a política pública no estado da Bahia e para todos os povos de comunidades tradicionais, porque estão todos na invisibilidade.

Então, a gente precisa saber onde é que está. Quais são as condições em que eles se encontram? Quais são as suas demandas? O que eles precisam?

No estado da Bahia, eu acho importante como foi pensado em nível nacional. Em nível nacional, foi pensado. Tem uma portaria do Ministério da Saúde de 2013, se não me engano, que estabelece o comitê técnico de saúde da população cigana. Então, é um exemplo. Foi constituído, ainda, no governo do PT. A gente pode pensar, na Bahia, em algo dessa natureza. Nós temos muita dificuldade do ponto de vista financeiro.

O professor Jucelho já colocou esse problema aqui, porque é uma secretaria pequena, um orçamento pequeno. Mas a gente quer somar, deputado, com esta Casa, com o senhor, na medida em que a gente tiver, também, emendas parlamentares para a gente pensar em ações específicas para as comunidades tradicionais.

Então, quanto ao mapeamento, esta é a nossa principal ação, dentre outras. Por exemplo, a gente já está discutindo, no âmbito da Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais e no âmbito da Câmara Técnica de Patrimônio Material e Imaterial, perspectivas de salvaguarda do patrimônio material, imaterial e cultural dos povos ciganos.

A gente já fez esta conversa com o professor Jucelho. A gente está, também, neste processo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu acho este o momento propício, gente. O governo do estado está fazendo o seu planejamento, o seu PPA. O conjunto das secretarias, também, estão, aí, mobilizadas. Em todas as mesas técnicas, a gente tem posto como importante pontuar os 10 segmentos de povos de comunidades tradicionais nas políticas, pensando na transversalidade, e o povo cigano também, nessa perspectiva.

Então, são essas palavras que eu queria trazer aqui, nos colocamos à disposição. Já tem uma coordenação executiva, hoje, na estrutura da Seprome, que trata da política para os povos ciganos, vocês se sintam à vontade para nos visitar e nos conhecer.

Quero parabenizar de novo por este momento. Isso aqui é uma ação de fortalecimento da identidade, é uma ação de combate ao racismo, sim. Então, precisamos ocupar mais esses espaços.

O deputado deu um recado muito importante, a gente precisa ocupar os espaços de poder, sim, enquanto homem negro, enquanto mulher negra, enquanto povos ciganos, povos indígenas. A gente precisa usar os espaços de poder. A gente precisa ocupar mais este espaço, ocupar secretarias, a gente precisa mostrar mais a cara.

Quero desejar a todos feliz Dia dos Ciganos, que ainda será dia 24, mas a gente está comemorando aqui, agora.

Viva o povo cigano! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Quero registra a presença na Mesa do ex-comandante-geral da Polícia Militar da Bahia, nosso coronel Castro.

Neste momento, coronel Castro, a gente pede que você vá ali no púlpito para fazer uma saudação e prestar essa homenagem a essa comunidade que tanto lhe quer bem. (Palmas)

O Sr. CORONEL ALFREDO CASTRO: Boa tarde a todas e a todos, é com muita satisfação e respeito à comunidade cigana que me encontro aqui.

Eu quero parabenizar o nosso deputado Niltinho pela sua condição de representante também do povo cigano, da população baiana e também do povo cigano, reforçar o cumprimento ao amigo e irmão Gilson, agradeço o seu convite, na pessoa de D. Maria eu quero também cumprimentar as mulheres ciganas, e dizer aos senhores que a minha presença aqui, volto a falar, é respeito a sua comunidade, Gilson, à comunidade que eu integro, faço parte dela de vez em quando, às 17h com um pão, um café e um requeijão lá na casa de Gilson, onde eu sinto a segurança e tranquilidade de ser acolhido por todos vocês.

Então, eu quero agradecer de coração este momento. Hoje de manhã, Gilson, deputado – desculpe-me por não cumprimentar o restante da Mesa, quero mandar um abraço para Nilton, através de seu filho Jesus, que está aqui –, quando saí de casa, procurei uma camisa, que não são muitas, mas que significasse o dia dos senhores e senhoras, da comunidade, então eu vi no colorido, a maneira de expressar a alegria do povo cigano.

Eu deveria estar de amarelo hoje, porque nós estamos no mês do Maio Amarelo, e eu estou lá numa palestra, deixei a palestra para vir aqui, no sentido de a gente trazer também essa presença alegre e colorida de todos vocês.

Uma festa cigana tem o calor e a alegria que é difícil de ver em outros locais. Por isso que eu estou colorido hoje, porque representa a alegria das cores que vocês representam, a comunidade de toda Bahia – por que não dizer do Brasil? – acolhe a alegria.

Muito obrigado, deputado, pelo minuto que me deu para agradecer a vocês o apreço, a consideração e a acolhida que vocês me dão, principalmente na cidade de Camaçari.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Convido, neste momento, todos os presentes para ouvirmos a execução do Hino da Bahia.

(Procede-se à execução do Hino da Bahia.)

O Sr. PRESIDENTE (Niltinho): Quero aqui agradecer a participação da comunidade cigana das cidades de Cruz das Almas, Dias d'Ávila, Camaçari, Simões Filho e Alagoinhas. Agradecer também, em especial, a toda imprensa da Bahia que cobriu esta sessão especial, que noticiou ao longo desta semana. Agradecer a todos pelo carinho.

Em nome da ALBA agradeço a presença das autoridades civis, das senhoras e senhores deputados, da imprensa e declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.